

Maria Helena de Paula Frota*

O femicídio no Ceará:

machismo e impunidade? Uma pesquisa em andamento**

RESUMO: Este projeto se propõe investigar a violência de gênero, mais especificamente o assassinato das mulheres vítimas de seus maridos ou companheiros no Estado do Ceará. A intenção é realizar um estudo a partir das experiências vividas pelas vítimas e agressores, avaliando qualitativa e quantitativamente os fatos que permeiam essa modalidade extrema de convivência social. Nesse sentido, um dos objetivos é criar um banco de dados que permita a construção de um perfil desses atores com suas respectivas histórias de vida no sentido de possibilitar um monitoramento de políticas públicas destinadas ao enfrentamento dessa questão.

Palavras-chave:
Gênero, violência e assassinato de mulheres.

Introdução

Investigar a incidência de assassinato de mulheres por seus maridos e companheiros no Ceará, a partir do ano 2000, período de crescente aumento do fenômeno em todo o Estado foi o que mobilizou um grupo de pesquisadoras componentes do Grupo de Gênero, Família e Geração do Mestrado Acadêmico da Universidade Estadual do Ceará a buscar financiamento nas agências de fomento para tornar possível tal estudo. A pesquisa tem por finalidade oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas que venham ao encontro da prevenção e especialmente da redução da violência doméstica com vistas à construção de uma sociabilidade humana livre da subordinação entre os gêneros.

** O referido projeto tem o financiamento do CNPq.

A luta contra a violência social ou estrutural é de responsabilidade da sociedade e principalmente dos governantes, a quem cabem medidas efetivas para ajudar a inibir, combater, punir e prevenir de forma eficaz o problema. Notadamente a academia, juntamente com os programas de pós-graduação e seus núcleos de pesquisas, devem ter a preocupação permanente de investigar e buscar soluções que venham contribuir para a redução da violência. O crescimento do interesse pela questão nos motivou a propor esse projeto de pesquisa, que pode ser sintetizado no paradoxo vivido hoje por grande parte da humanidade isto é, a ampliação contemporânea da consciência do valor da vida e dos direitos de cidadania, frente as sociedades cada vez mais violentas e mórbidas.

No caso específico, o Grupo de Gênero, Família e Geração nas Políticas Sociais, que mantém uma de suas linhas de pesquisa concentrada na temática: Gênero e Violência propõem-se a investigar o femicídio no Estado do Ceará, avaliando, quantitativa e qualitativamente, mais especificamente a região do Cariri, localizada na parte sul do estado, a capital - Fortaleza e a Região Metropolitana. Para isto, a intenção do grupo é estabelecer relação com os órgãos governamentais que direta ou indiretamente tratem o tema no sentido do recolhimento de dados sobre o assunto, e também, com as organizações de mulheres atuantes na sociedade civil. Ensejando demonstrar a magnitude do problema, pretendemos igualmente trabalhar alguns dados coletados em níveis internacional, nacional e local sobre a violência de gênero.

Objetivos específicos

Pesquisar as relações e recompor a trajetória de vida das vítimas e de seus agressores, além da situação de violência a que as mulheres são submetidas e que culminam com as suas mortes. Investigar que mecanismos alimentados pela sociedade (violência geral, pobreza, droga, alcoolismo, machismo exacerbado, patologias sexuais) influenciam comportamentos mórbidos capazes de provocar o femicídio. Identificar a existência de elementos culturais, característicos da sociedade cearenses e nordestinas, capazes de estimular o machismo e a violência de gênero. Elaborar um dossiê (criar um banco de dados) cujo registro seja a reconstrução das histórias de vida dessas mulheres despertando atenção para o nível de violência a que foram submetidas. O que se pretende é possibilitar visibilidade à questão, na luta contra a impunidade inerente às entidades da sociedade civil, bem como atualizar permanentemente os dados colocando-os a serviço do controle social.

Justificativa

A consciência de que a violência humana é fruto de uma situação social, histórica e cultural e não mais uma agressão natural dos seres humanos uns contra os outros ou contra a natureza, têm sido o fundamento dos debates que grande parte dos estudiosos têm travado para compreender o processo civilizatório atual.

A consciência é que a violência de gênero é absurda, portanto, deve ser erradicada, no nosso estado, na região, no país e no mundo. Esse trabalho de conscientização trouxe consigo a convicção de que todo tipo de violência, especialmente a violência de gênero¹, que se dá no âmbito doméstico, deve ser tratado como um problema social, não apenas por suas proporções numéricas, mas também pela gravidade de suas conseqüências de múltiplas dimensões psicológicas, físicas, econômicas, políticas e sociais, dentre outras.

Sabe-se que um grande número de agressões contra mulheres no mundo doméstico ocorre justamente quando elas decidem trabalhar fora de casa ou quando ousam manifestar seus pontos de vista contrários aos de seus maridos ou companheiros, contestando regras, idéias e/ou valores que ainda predominam em seu meio. A reação masculina surge como fonte de violência e como revide à “ousadia” da emancipação feminina.

Para a autora Joan Scott, na noção de masculinidade na ordem liberal, está implícita a construção do indivíduo e a noção de propriedade. O indivíduo - o homem - o cidadão é igual a poder, virtude, razão e política. A propriedade, representada pela posse, como expressão do eu, indivíduo, inclui os bens materiais e mais - a família - os filhos que levam o nome do marido, do pai - o emblema tangível de sua pessoa. Daí, o indivíduo macho, passar a ser regulador da sexualidade feminina e da maternidade. A figura de mulher e de mãe fica diluída na família, como propriedade do marido. Portanto, a masculinidade como expressão do indivíduo e propriedade é, como tal, fonte de poder, e se constitui na justificativa ontológica para o tratamento diferenciado entre homem e mulher no campo político e social, base de explicação da violência de gênero.

Várias autoras definem a violência de gênero fundamentalmente como um dos modos irracionais de discriminação, autoritarismo e opressão manifestados em forma de agressões intensas (físicas e psicológicas praticadas no âmbito doméstico) exercidas pelos homens (marido, companheiro ou namorado) contra mulheres (AZEVEDO, 1985; PITANGUY, 2003; TELES & MELO, 2002).

¹ O sentido da violência de gênero é bem mais amplo do que a idéia de violência doméstica, não obstante a suponha. Violência doméstica contra a mulher designa, qualquer ação ou conduta que cause morte, constrangimento, dano ou sofrimento físico, sexual, psicológico, moral ou simbólico à mulher no âmbito doméstico, ou seja, em seu espaço domiciliar (OSTERNE, 2005: 58).

Ao longo da história, a mulher tem sido alvo das mais diversas formas de discriminação, opressão e preconceito, que é o fulcro da violência. O pensamento misógino – conjunto de idéias preconceituosas, desfavoráveis às mulheres que alimentaram uma cultura de ódio e aversão a elas, e o pensamento androcêntrico – pressupostos geral não conscientes, pelo qual as experiências e valores masculinos constituem norma, modelo e centro da construção teórica, estão presentes na maioria das obras dos filósofos ocidentais desde a Antigüidade, até os dias atuais.

No Brasil, até 1830, os homens podiam matar as mulheres adúlteras. Naquela época havia um dispositivo legal que permitia aos maridos “*emendar a mulher das más manhas pelo uso de chibatadas*”. As legislações medievais não permitiam que o homem aceitasse viver com uma mulher que havia praticado o adultério. Ele era execrado e lhe era colocado um par de chifres. Em Portugal, o casal era punido e mandado cumprir degredo: um deles ia para o Brasil e o outro ia para Angola (TELES & MELO, 2002).

A violência de gênero, portanto é multifacetada, está no cerne da subalternidade, do desprestígio e no tratamento inferiorizado da mulher em diferentes instâncias da vida familiar, política, econômica e social. A relação direta desse fenômeno encontra sua lógica na desvalorização sutil que acompanha a mesma ao longo de sua vida (PITANGUY, 2003; SCOTT, 1990).

A violência de gênero tendo como expressão extrema tanto a ameaça como o crime de lesão corporal precede o assassinato de mulheres. Esse tipo de homicídio ganhou um novo conceito, *femicídio*², usado pela primeira vez por Diana Russell e Jill Radford, em seu livro *The Politics of Woman Killing*, publicado em 1992 em Nova York. A expressão já havia sido empregada no Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres, em 1976 conforme abaixo esclarecido. Entende-se por *femicídio*, portanto, o assassinato de mulheres por razões associadas às relações de gênero.

Em termos numéricos, o femicídio talvez seja o crime com menor ocorrência registrada em comparação aos demais, e um dos mais sub-notificados. Não se anotam devidamente as circunstâncias da morte quando esta se dá no âmbito das relações entre companheiros/cônjuges. A violência se apresenta de forma diferenciada para homens e mulheres, pois enquanto o homem sofre a violência na rua, nos espaços públicos, via de regra é praticado por outro homem. A mulher, na maioria absoluta dos casos, torna-se vítima

² O termo femicídio foi introduzido a partir de 1976, pelo Tribunal Internacional de Crimes contra a Mulher e foi retomado nos anos 1990, para denotar a não acidentalidade da morte violenta de mulheres. Serve para designar o caráter sexista dos crimes conjugais, desmistificando a aparente neutralidade subjacente aos termos homicídio, assassinato, evidenciando tratar-se de fenômeno inerente ao histórico processo de subordinação das mulheres no contexto das relações sociais de gênero (ALMEIDA, 1998: 1).

da violência masculina, primeiramente dentro de casa, no espaço privado, e seus agressores, geralmente são (ou foram) seus namorados, maridos, companheiros e amantes ou indivíduos outros de alguma forma seus conhecidos. As mulheres são assassinadas quase sempre, em consequência da desigualdade de gênero (OSTERNE, 2005: 150).

O femicídio acontece quando seu agente considera que não há mais como controlar a mulher em sua totalidade, tanto seu corpo, seus desejos, como seus pensamentos e sentimentos.

A autora Suely Souza Almeida (1998) comenta o longo percurso que transforma a violência de gênero, praticada rotineiramente em quatro paredes, em femicídio. Diz a autora que esse fenômeno resulta do caráter extensivo e intensivo da violência de gênero em sua versão doméstica ou ainda fruto de uma política deliberada e sem limites de exploração/dominação de mulheres, cuja expressão mais cabal é o extermínio das mesmas.

A luta contra a violência social ou estrutural é de responsabilidade da sociedade e principalmente dos governantes, a quem cabem medidas efetivas para ajudar a inibir, combater, punir e prevenir de forma eficaz o problema. Notadamente a academia, juntamente com os programas de pós-graduação e seus núcleos de pesquisas, devem ter a preocupação permanente de investigar e buscar soluções que venham contribuir para a redução da violência em todos os aspectos e para a construção de novas formas de sociabilidade humana. O crescimento do interesse pela questão nos motivou a propor esse projeto de pesquisa. Inserido neste propósito, a autora se propõem-se a investigar o femicídio no Estado do Ceará, avaliando, quantitativa e qualitativamente, mais especificamente a região do Cariri, localizada na parte sul do estado, a capital - Fortaleza e a Região Metropolitana. Para isto, a intenção do grupo é demonstrar a magnitude do problema, pretendemos igualmente trabalhar alguns dados coletados em níveis internacional, nacional e local sobre a violência de gênero.

Dados de 1990 mostram que 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas à violência doméstica, segundo levantamento da Sociedade Mundial de Vitimologia, sediada na Holanda. Foi constatado também que 41% dos homens que espancam suas esposas são violentos com seus filhos/as; um terço dessas crianças tende a reproduzir a agressividade contra si e contra os outros quando crescem. Este ciclo de violência, portanto, vai refletir de forma contundente e crescente, nas ruas das cidades. A maioria das histórias de vida dos presidiários retrata essas graves ocorrências em sua infância e na relação diária com suas companheiras (CABRAL, 1990; VEJA, 1998).

A pesquisa *Vitimização 2002*, realizada pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, pela FIA-USP (Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo) em âmbito nacional, mostra que 86% das vítimas de violência doméstica não notificam a polícia; 33% das mulheres agredidas fisicamente são atacadas em casa e, seus agressores são seus companheiros. Além do mais, 43% das agredidas conheciam o autor do crime.

Conforme Amaral *et al*, em pesquisa realizada em delegacias de mulheres no Nordeste (João Pessoa/PB, Natal/RN, Fortaleza/CE e Salvador/BA), onde foram estudados os Boletins de Ocorrência (B.O.'s) registrados no período de 1987 a 1997, o perfil da mulher “*vitimizada*” no Ceará era assim constituído: 29,18% das mulheres tinham entre 26 a 32 anos; 65,99% eram casadas. As vítimas apresentavam baixo nível de escolaridade, pois 23,38% eram apenas alfabetizadas e 29,19% tinham o ensino fundamental concluído; 41,13% das mulheres eram empregadas domésticas e 23,96% mantinham ocupações no setor de serviços. O tipo mais freqüente de violência é a agressão de natureza física, estando presente em 64,95% dos casos pesquisados (AMARAL *et al*, 2001:101-104).

Segundo pesquisa da Fundação Perseu Abramo (FPA) em parceria com a Secretaria Nacional de Mulheres do Partido dos Trabalhadores (PT), divulgada em 2002, cujo título é “*A mulher brasileira nos espaços público e privado*”, onde foram entrevistadas 2.502 mulheres com 15 anos de idade, ou mais, em todas as regiões, uma em cada cinco brasileiras (19%) declara espontaneamente ter sofrido algum tipo de violência por parte de homens. Quando estimuladas pela citação de diferentes formas de agressão, o índice de violência sexista ultrapassa o dobro. Ou seja, alcança o alarmante percentual de 43%.

De fato o padrão machista que identifica as relações de gênero em todo o país se expressa nesses dados relativos à violência conjugal contra as mulheres. Dentre as violências mais comuns estão àquelas identificadas como agressão mais branda, sob a forma de tapas e empurrões e a ameaça mediante coisas quebradas, roupas rasgadas, objetos atirados etc. São também citadas as violências psicológicas como xingamentos e ofensas à conduta moral, críticas à atuação como mãe e desqualificação do seu trabalho, dentro ou fora de casa. Espancamentos, relações sexuais forçadas, estupro conjugal, cerceamento do direito de ir e vir e ameaça com arma de fogo igualmente compõe a diversidade de formas denunciadas.

Segundo essa mesma pesquisa,

A projeção de taxa de espancamento (11%) para o universo investigado (61,5 milhões) indica que pelo menos 6,8 milhões, dentre as brasileiras vivas já foram espancadas ao menos uma vez na vida. Considerando-se que 31% declararam que a última ocorrência foi no período dos 12 meses anteriores à pesquisa, chega-se ao escândalo de cerca de 2,1 milhões de mulheres espancadas por ano no país, 175 mil/mês, 5.800/dia, 243/hora ou 4/minuto – uma a cada 15 segundos (VENTURI, et al, 2004, p. 25).

Vasconcelos Filho (2002), ao estudar os homicídios em Fortaleza, referentes aos anos de 1996 a 1999, concluiu que Fortaleza é uma cidade de média violência, se comparada com São Paulo, Rio de Janeiro e Recife e de alta violência se comparada com Florianópolis, Curitiba, Aracaju e Teresina. No entanto, tal estudo mostra que existem bolsões de violência na cidade, que se equiparam às áreas violentas de cidades como São Paulo, por exemplo, ultrapassando 50 homicídios por 100 mil habitantes/ano. O estudo aponta que 22 bairros estudados obtiveram taxas de homicídio superiores em relação às citadas cidades. Os principais motivos dos homicídios apontados pelo referido estudo são vingança, com além de 17,2%, brigas de família, de bar, de rua, discussão e rixa banal, perfazendo um total de 35,9%. Causas relacionadas aos crimes de pistolagem, tráfico e brigas de gangue ficam em torno de 15,4%. A faixa etária da maioria dos indiciados está situada entre 20 e 49 anos; são pessoas com baixa escolaridade. O maior índice de violência se dá nos bairros onde se concentram os maiores índices de pobreza e a ausência de infra-estrutura como escola, saúde, delegacias etc. O autor declara o fenômeno como *“uma guerra civil intra-genérica, comunitária, não ligada à lógica das organizações criminosas, mas à convivência cotidiana no território das hostilidades comuns”* (VASCONCELOS FILHO, 2002, p.54). Para Boudon e Bourricaud (1993, p. 610), *“uma sociedade reduzida à violência é, no limite, uma contradição nos termos: é uma não sociedade”*.

Como testemunho da exacerbação deste quadro de violência, a Secretaria da Segurança Pública e Defesa da Cidadania - Setor de Inteligência - Unidade Central de Estatística, apresenta o número crescente de homicídios de mulheres adultas, adolescentes e crianças em Fortaleza, na Região Metropolitana e na Região do Cariri nos anos de 2000, 2001, 2002 e 2003. Um total de 120 mulheres adultas, 23 adolescentes e 2 crianças, totalizando 145 pessoas do sexo feminino em quatro anos, foram assassinadas até agosto de 2003. Ressalta-se que em 2001 foram mortas 45 mulheres e em 2002 cerca de 46 mulheres.

No que tange às estatísticas das demais ocorrências de 2004 da Delegacia da Mulher de Fortaleza, registram-se como os maiores índices: ameaça (47,05%), lesão corporal (21,32%), agressão/ vias de fato (1,03%), estupro (0,59%), tentativa de homicídio (0,88%) e difamação/injúria e ou calúnia (12,98%), totalizando 609 registros (89,82%) cabendo às demais ocorrências 10,18%, ou seja 69. Entretanto, esta delegacia não registra os casos de assassinatos de mulheres. De acordo com dados do Centro Integrado de Operações de Segurança – CIOPS, da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará, neste mesmo ano foram assassinadas 112 mulheres no Estado, entre adultas e adolescentes. Dentre essas, 46 vítimas eram da Grande Fortaleza (Fortaleza e Região Metropolitana). Sendo assim, consideramos que os índices de violência contra mulheres são ainda maiores que os apresentados pela Delegacia Especializada, tendo em vista que não estão incluídos nas estatísticas o quantitativo do assassinato de mulheres na Grande Fortaleza.

Segundo CIOPS, somente no ano de 2005, até o dia 09 de novembro já foram assassinadas 96 mulheres no Estado do Ceará, sendo 35 na Região Metropolitana e 61 no interior do Estado, perfazendo um total de 36,46% e 63,54% do total de mulheres assassinadas no Ceará, respectivamente. Além disso, das 61 mulheres vítimas de assassinato no interior do Estado, 13 foram mortas na Região do Cariri, ou seja, 21,3%, evidenciando o alto índice de femicídio concentrado nessa região. Os municípios da Região do Cariri que apresentam maior destaque nas estatísticas são Juazeiro do Norte, Araripe, Brejo Santo, Crato, Barbalha, Jardim e Caririagu e representam cerca de 4% dos municípios cearenses.

A região do Cariri é composta por 47 municípios e abrange a parte sul do Estado. O cenário é dominado por três regiões: sertões dos Inhamuns, região de caatinga; sertões de Salgados, e a Chapada do Araripe, área de vegetação densa e de grandes reservatórios de água mineral. O turismo religioso é a marca desta macro região em torno da figura do Padre Cícero. Pelos índices de desenvolvimento econômico do estado, a região é considerada a segunda no *ranking* sendo ultrapassada somente pela região metropolitana que é a primeira.

Dentro da região citada seis municípios concentram alto índice de femicídio, por que? Eis aí uma das nossas indagações. De acordo com Pochmann e Amorim no Atlas da Exclusão Social (2003), os maiores índices de violência geral no estado estão concentrados respectivamente nestas cidades com seus respectivos índices: Crato (0,918), Juazeiro do Norte (0,927), Jardim (0,970), Araripe (0,978), Caririagu (0,985) e Brejo Santo (1,000). Vale ressaltar que a metodologia utilizada pelos autores para analisar

esses índices leva em consideração que as piores condições de vida equivalem a valores próximos a zero, enquanto as melhores situações sociais estão próximas a um. Como mostram os dados que se seguem.

Conforme a fonte mencionada anteriormente, a cidade do Crato que apresenta a melhor situação social é paradoxalmente a mais violenta. A cidade ocupa o 2839º lugar no ranking dos municípios com a melhor situação social, seguida por Juazeiro do Norte que está no 3050º lugar, Barbalha no 3422ª lugar, Brejo Santo no 3447º, Jardim no 4659º, Caririáçu na 5048º e Araripe no 5149º lugar.

No que diz respeito aos índices de exclusão social, ainda segundo Pochmann e Amorim (2003), estes estão distribuídos da seguinte maneira entre os municípios: Crato com 0,430; Juazeiro do Norte com 0,415; Barbalha com 0,383; Brejo Santo com 0,382; Jardim com 0,328; Caririáçu com 0,312 e Araripe com 0,307. Dessa forma, podemos constatar através dos dados que os maiores índices de violência não se encontram nas cidades onde a exclusão se faz presente com mais clareza, desconstruindo, assim, a lógica direta que se faz entre violência e pobreza. Contudo um dado importante a ressaltar é que pelo fato das citadas cidades terem como uma das fontes de suas economias o turismo religioso há uma população circulante intensa. Segundo o Governo do Estado do Ceará, estima-se que a região é visitada anualmente por cerca de um milhão e meio de pessoas especialmente as populações mais pobres do Nordeste que vão em busca dos milagres do Padre Cícero, concentrando-se em Juazeiro do Norte, onde o índice de femicídio é o mais alto das seis cidades da região e de todo Estado. Haveria alguma relação com isso? O que? Por que onde é alto o índice de religiosidade há maior índice de femicídio? Inclusive com formas extremamente violentas, como queima de mulheres, mulheres enterradas vivas e mulheres apedrejadas até a morte? São essas indagações que queremos perseguir na investigação.

Segundo o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde da Organização Mundial da Saúde - OMS (2002: 92), na medição da violência contra a mulher os dados mostram apenas a ponta do *iceberg*. Infelizmente esforços para a coleta de dados que poderiam melhor medir a extensão e a magnitude da situação da violência contra a mulher são dificultados, sobretudo por esses fatores: a) a naturalização dos comportamentos violentos influenciados pelas normas sociais, culturais impedindo de serem registrados e contabilizados o que constitui violência, impedindo um consenso universal na definição da violência contra a mulher; b) mudanças no padrão relatado de abuso de acordo com a definição de violência usada. A maneira de questionar os atos e as medidas que possam ser tomadas em nível institucional bem como da sociedade; c) as

formas de tratamento e abordagem da questão como: tipo de população atingida e o cenário da entrevista (privacidade, familiaridade do ambiente) etc.

Diante do exposto justificamos a importância desta proposta de investigação uma vez que, ao colocar questões pertinentes para a análise do feminicídio no Ceará, certamente contribuirá para o acréscimo do conhecimento sobre essa modalidade de violência e suas formas de manifestações em nossa sociedade, condição imprescindível ao monitoramento das políticas públicas direcionadas à questão.

Metodologia

O procedimento metodológico a ser adotado será desdobrado em dois momentos. No primeiro trataremos do estado da arte teórica dos conceitos, categorias e concepções a serem adotadas e no segundo cuidaremos da constituição do banco de dados.

No tocante ao tema violência de gênero se trabalhará com autores e autoras nacionais e internacionais que expressem base conceitual sólida como condição essencial para o bom desenvolvimento da investigação.

O debate da violência hoje, para ser consistente e pertinente, tem que levar em conta a complexidade e a pluralidade de situações em que ela se manifesta. Não pode, portanto, se restringir a uma posição única, pois tem que considerar desde o extremo barbarismo, (...) até a dita violência serial e a violência difusa que envolve o cotidiano de milhares de homens e mulheres e expõem a fragmentação e, mais que isso, o dilaceramento de muitas das formas que caracterizam as relações interpessoais (PORTO & BANDEIRA, 2004: 16).

Não é possível analisar a violência de uma única maneira, tomá-la como fenômeno único. A própria pluralidade inerente ao seu sentido constitui indicação do politeísmo de valores, da polissemia do fato a ser investigado (MAFESOLI, 1987).

Neste final de século, o fenômeno da violência se tornou muito mais importante. (...) Transforma o irreal em real, trazendo para cá o lado de lá, o antagônico, a realidade generalizada. (...) em certos contextos, a violência passa a ser considerada como de segurança nacional e seu campo de estudos é território estratégico nas oratórias contemporâneas (OSTERNE, 2005: 23).

Os autores que trabalham as categorias violência de gênero e violência social já foram minimamente citados durante o projeto, porém outros autores serão destacados pelo fato de apresentarem explicações fundamentais para o entendimento das questões a serem investigadas. Como violência estrutural, compreende-se no contexto social, os mecanismos pelos quais o Estado, em seus diferentes níveis e poderes, restringe o acesso da grande maioria da população aos direitos básicos que lhe proporcionariam uma vida digna, gerando assim um grave quadro de exclusão social (BOULDING, 1981). Minayo (1999) entende ser a violência um fenômeno complexo, polissêmico e controvertido, podendo ser por vezes “(...) *uma forma própria de relação pessoal, política, social e cultural*; por vezes *uma resultante das interações sociais*, portanto ser um fenômeno complexo ou ainda *um componente cultural naturalizado*”. Arendt (1990:48), por sua vez, considera que “*a violência tem um caráter instrumental, ou seja, constitui-se um meio que necessita de orientação e justificação dos fins que persegue*”. Chauí (1985:35), preocupada com a violência na sociedade, especialmente contra a mulher, a considera sob dois ângulos. Em primeiro lugar como uma conversão de uma diferença e de uma “*assimetria numa relação hierárquica de desigualdades com fins de dominação, de exploração e de opressão, isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior*”. Em segundo lugar, como “*a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa*”. Assim a violência se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas. Denisov (1986:37), ao reconhecer a violência como um conceito multifacetado por suas características externas (quantitativas) e internas (qualitativas). Diz que “*indivíduos, grupos classes sociais e instituições empregam diferentes formas, método de coerção e para reter o poder, conquistar ou preservar independência, obter direitos ou privilégios*”. Domenach (1981:31) ressalta o fato de que a violência está inscrita e arraigada nas relações sociais, não podendo, portanto, ser considerada apenas como uma força exterior impondo-se aos indivíduos e às coletividades, “*havendo, desta forma, uma dialética entre vítima e algoz, o que deve ser objeto de reflexão dos estudiosos para compreensão dessa complexa relação*”. Na compreensão de Saffioti, violência de gênero é, sem dúvida, a categoria mais geral. Chama, portanto atenção para o fato de que o conceito de gênero nesta discussão precisará ser entendido com muito mais abrangência do que a noção de patriarcado, pois gênero “*deixa em aberto a possibilidade do vetor de dominação-exploração, enquanto os demais termos, marcam a presença masculina neste pólo*” (SAFFIOTI, 2004: 70). Sendo assim, nesse projeto usar-se-á o termo violência contra a mulher como noção que se abriga no interior da noção de violência de gênero.

Convém ainda destacar, sob o ponto de vista conceitual, que, em linhas gerais, na realidade brasileira, os atos de violência praticados contra as mulheres, sejam eles em sua versão, física, sexual, moral ou psicológica ocorrem no cenário cotidiano das convivências onde a aceitação de uma inquestionável natureza feminina, tendente à submissão, leve as pessoas a não se perceberem autores da violência, tampouco vítimas delas. Na raiz da prática da hostilidade e agressão contra as mulheres, percebe-se uma ainda exacerbada manifestação da cultura machista. A deferência ao poder masculino ainda é visivelmente concebida no imaginário dos homens e também das mulheres. Esta tendência à naturalização dos privilégios masculinos e da subordinação feminina referenda a tolerância, a convivência e a impunidade no tocante aos crimes praticados contra a mulher.

No caso da violência doméstica esta se torna ainda mais fortalecida uma vez tratada como problema restrito a um espaço fechado, ambíguo e fortemente estruturado sob o ponto de vista simbólico no que pese o lugar do masculino, como é o caso do espaço privado do domicílio.

Segundo Osterne (2005, p.2004), no que diz respeito à dimensão cultural da prevalência do masculino é preciso “*destacar sua peculiaridade na região Nordeste, onde os homens têm a coragem, a valentia, o destemor e a macheza como atributos, historicamente associados à sua identidade*”. Para se ter uma idéia sobre a incorporação destes atributos, no Ceará, por exemplo, os homens se cumprimentam colocando o termo macho antes ou depois da saudação do tipo: “*Macho como vai? tudo bem macho?*”.

Ainda neste sentido comenta que o nordestino seria macho pela própria história da região que teria exigido a sobrevivência dos mais fortes, mais valentes e corajosos em razão de suas adversidades climáticas. Na literatura regionalista é comum encontrar o registro da legitimação da violência nesta região e, de forma bastante acentuada, a violência entre os gêneros. Outro tema recorrente é o apurado sentido da honra presente na conduta dos homens. O adultério feminino, por exemplo, ainda é algo visto como possível de ser duramente punido pelo marido ou companheiro, inclusive com a morte.

A dimensão cultural do machismo, nos casos de infanticídio no Ceará, terá um forte viés de análise nesta pesquisa, haja vista evidências encaminhadas neste sentido nos casos estatisticamente registrados, especialmente na região do Cariri, onde a alta incidência de casos deixa transparecer requinte de perversidade e negligência no tocante à punição dos agressores.

A pesquisa terá duração de 18 meses. Com a finalidade de viabilizar nossos objetivos e considerando o segundo momento da metodologia da pesquisa pretendemos seguir os seguintes procedimentos:

Fase exploratória da pesquisa:

- Estabelecer o corte temporal da pesquisa: de 2000 a 2005, período do aumento do número dos assassinatos;
- Realizar um levantamento dos assassinatos ano a ano, e condições em que foram cometidos os crimes, tipo de arma, circunstâncias etc;
- Construir um perfil das mulheres assassinadas e dos agressores;
- Organizar os casos, definir dentro da categoria femicídio e tratar os dados;

Pesquisa documental:

- Analisar os processos judiciais; reportagens de jornais e revistas, cartas, fotografias etc;

Pesquisa de campo:

- Recompilar as histórias de vidas das mulheres através dos seus familiares, tentando recuperar as situações vividas, possibilitando apreender o fenômeno na sua dinâmica mais particular;

Criação do Banco de Dados

- Criar um programa próprio com definições de características sobre o femicídio;
- Atualizar e gerar outros dados;
- Criar e alimentar uma rede que possa fornecer dados para as delegacias de mulheres, para os movimentos sociais e para as universidades;

Publicações

- Fazer dossiê com casos mais emblemáticos analisando a violência de gênero;

- Editar um vídeo retratando aspectos significativos da pesquisa no sentido de possibilitar visibilidade aos fatos tornando-os públicos.

A importância do Banco de Dados da violência: femicídio.

O que pretendemos com este trabalho é organizar os dados fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado. Para criar o banco de dados de uma forma inter-relacionada, planejaremos a estruturação do mesmo tomando por base o perfil das vítimas e agressores.

A idéia da criação desse banco de dados nasceu da constatação das dificuldades encontradas pelos pesquisadores das Ciências Sociais que não dispõem de dados organizados e sobre essa problemática no Estado do Ceará. O seu desenho passou a ser elaborado e muitos dados já estão sendo levantados, preliminarmente, para avaliar o que se dispõe e como trabalhá-los.

Um dos grandes desafios de qualquer banco de dados não é somente a implantação das informações, mas, acima de tudo, sua atualização. Portanto, o banco também está procurando contar com o apoio de parcerias ou convênios estabelecidos entre as instituições que tenham interesse direto nesta temática para o seu pleno desenvolvimento e utilização.

É importante destacar que este banco de dados está buscando mecanismos que garantam sua *integridade referencial*, isto é, um conjunto de regras que possam manter a consistência entre tabelas relacionadas, especialmente com a violência estrutural, proveniente de instituições governamentais e não governamentais que trabalhem com a temática, assegurando que os seus registros sejam válidos, e que não exclua ou altere acidentalmente dados relacionados. Além disso, também estão sendo preparados *macros* que permitam a execução de uma série de comandos com apenas um clique em um botão. Para tal nível de automatização estão sendo criados *módulos* que possam expandir e integrar os comandos macros, como pode ser o caso dos macros do *Access* com o *Microsoft Visual Basic*, bem como com outros programas do *Microsoft Office97*.

Resultados Esperados

- A efetivação do registro de femicídios no Estado do Ceará;
- Caracterização do registro de acordo com a tipologia das ocorrências através da criação de um Banco de Dados;

- Disponibilizar, em rede, os dados para as instituições públicas estatais, ONG's, movimentos sociais e para a sociedade em geral;
- Garantir visibilidade à violência de gênero no Estado do Ceará destacando os casos de assassinatos contra as mulheres;
- Reduzir os índices de violência contra a mulher e indicar políticas públicas compatíveis com a caracterização registrada pela pesquisa.

ABSTRACT: This research proposes to analyze gender's violence, taking as reference women's murder for them husbands in Ceará-Brazil. The intention is to realize a qualitative and quantitative study of the victims and aggressors' life experiences. So, the objective is to build an informational bank, than construct social actor's profile concerning their histories. As a result, it makes possible to evaluate specifics public politics for the violence against women.

Key-words:
Gender; violence and
women's murder

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S.S. **Femicídio:** algemas (in)visíveis do público-privado. Rio de Janeiro: Revinter Ltda, 1998.
- AMARAL, C.C.G. et. al. **Dores visíveis:** violência em delegacias de mulher no Nordeste. Fortaleza: Edições REDOR/ NEGIF/ UFC, 2001.
- ARENDT, A. **Sobre a violência.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- AZEVEDO, M. A. **Mulheres espancadas:** a violência denunciada. Cortez, São Paulo, 1985.
- BOUDON, R. e BOURRICAUD, F. Violência. **Dicionário Crítico de Sociologia.** São Paulo: Ática, pp. 605-621.
- BOULDING, E. Las mujeres y la violencia. In: La violencia y sus causas. Paris: UNESCO, 1981.
- CAMPOS, André [et. al.]. **Atlas da exclusão social do Brasil, vol. 2:** dinâmica e manifestação territorial. São Paulo: Cortez, 2003.
- CHAUÍ, M. Mulher e violência In: **Perspectivas antropológicas da mulher.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

CEARÁ, Secretaria da Segurança Pública e Defesa da Cidadania do Setor de Inteligência - Unidade Central de Estatística – CIOPS/IML. **Estatística mensal**, mês de agosto 2003.

_____. **Anuário do Ceará 2005**. Ceará: Jornal O Povo, 2005.

DENISOV, V. **Violência social**: Ideologia y política. Moscou: Editorial Progreso, 1986.

DOMENACH, J. M. La violência. En: **La violencia y sus causas**. Paris UNESCO, 1981.

FIA-USP. Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República Pesquisa *Vitimização 2002* . **Relatório preliminar**.

FROTA, M. H. P. Violência de gênero é pratica antiga. Fortaleza: **O POVO**, 2003, 19 de outubro p.7.

_____. Interpretando a categoria gênero de Joan Scott. In: FROTA, M.H.P; OSTERNE, M.S.F. **Família, gênero e geração**: temas transversais. Fortaleza: EdUECE, 2004.

GREGORI, M. F. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MINAYO, M.C.S. et al. É possível prevenir a violência? **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: ABRASCO, v.4, n.1. 1999, p. 7-23.

MOURA, Maria Juruena. Mulheres, pobreza, droga e prisão: um estudo realizado no Presídio Feminino Auri Moura no Ceará. Dissertação defendida no Mestrado Acadêmico de Políticas Públicas e Sociedade da UECE. 2005.

OLIVEIRA, R. D. et al. **A violência doméstica**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1984.

OMS. **Relatório Mundial sobre violência e saúde**. Genebra, Editado por Krug. Etienne G. 2002.

OSTERNE, M.S.F. **Violência nas relações sociais de gênero e cidadania feminina**: análise das ocorrências na Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza. 2005. 266 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco.

MINISTERIO DA JUSTIÇA/PIAPS. Pesquisa de Vitimização Região Metropolitana de Fortaleza. **Manual de Treinamento de Pesquisador**. Fortaleza: IEPRO/NUPES/LABVIDA, 2002.

PINHEIRO, Maria Jaqueline M. Voltei por que? As trajetórias de vida de mulheres abrigadas e suas representações sobre a violência. Estudo realizado na Casa do Caminho em Fortaleza. Dissertação defendida no Mestrado Acadêmico de Políticas Públicas e Sociedade da UECE. 2005.

PITANGUY, J. Violência de gênero e saúde – interseções. In: **Sexo& Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil**. Elza Berquó (org.). Campinas: São Paulo, 2003.

POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo. **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

PORTO, MARIA ESTER GROSSI e BANDEIRA, LOURDES. Violências e contemporaneidade in: **Violências e Conflitualidades**. Sociedade e Estado: Brasília, v.19, n.1, p. 11-18, jan./jun. 2004.

PULEO, A. H. **Filosofia, gênero y pensamiento crítico**. Série Filosofía. España: Universidad de Valladolid, 1999.

SAFFIOTI, H. I. B. **Violência contra a mulher: dimensão da dominação**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

_____. Gênero e patriarcado: violência contra a mulher. In: GUSTAVO, V.; RECAMAN, M; OLIVEIRA, S. (orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. v

SCOTT, J. W. O Gênero como uma Categoria Útil de Análise Histórica. In: **Educação e Realidade**, n° 2, 1990.

SILVA, M. V. **Violência contra a mulher: quem mete a colher?** São Paulo: Cortez, 1992.

TELES, M. A . MELO, M. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002 (Coleção Primeiros Passos).

VASCONCELOS, FILHO. E. V. **Morrer por homicídio em Fortaleza-Ce: Um estudo de epidemiologia ecológica**. São Paulo, USP. Tese de doutorado em medicina preventiva, 2002.

VEJA. **A face do silêncio:** a violência doméstica atinge não apenas a mulher, mas toda a sociedade. 1998, 01 de julho, p. 80-87.

VENTURI, Gustavo, RECAMAN, Marisol, OLIVEIRA, Suely de (Orgs.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.